



GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos – Trabalho 479

“PENSA AÍ, UMA NEGRA, POBRE, DO INTERIOR DOS INTERIORES QUE DECIDIU ESTUDAR [...]”: REFLEXÕES SOBRE O PERFIL E AS CONDIÇÕES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DE JOVENS MULHERES DA ROÇA

Tatyanne Gomes Marques – UFMG/UNEB

Agência Financiadora: Bolsista PAC/UNEB

Resumo

Este texto discute as (*im*)possibilidades de acesso ao Ensino Superior no Brasil para jovens da roça. Para isto, justifica o uso da categoria conceitual “da roça” como uma adjetivação que identifica e caracteriza o perfil das dezessete jovens colaboradoras do estudo. Evidencia-se, a partir das entrevistas narrativas semiestruturadas, que ser jovem, mulher, da roça e negra constituem provações constantes para aquelas que decidiram estudar. Esta decisão é influenciada pelas condições juvenis vivenciadas na roça como também pelo encorajamento das mães e pais. Decidir estudar exige migrar ou enfrentar a estrada para ir ao encontro da escola na cidade, o que, aos poucos, afasta as jovens do trabalho na agricultura. Ao mesmo tempo que é uma provação, a pesquisa mostra que estudar na cidade amplia as possibilidades de acesso ao Ensino Superior que tem se expandido no Brasil nos últimos anos. Por isso, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), lócus da pesquisa, passa a ser uma realidade por ser pública; multicampi e atender ao princípio da interiorização do Ensino Superior, além de ser uma das primeiras universidades no Brasil a instituir a política de ações afirmativas por meio das cotas.

Palavras-chave: Educação Superior. Jovens da roça. Condição juvenil. Provações.

Introdução: “Pensa aí”

Este texto é um convite para pensar sobre o perfil e as condições de acesso ao Ensino Superior de jovens mulheres da roça¹. Ele nasce da provocação da fala de uma das

¹ A utilização da locução adjetiva “da roça” é uma opção que foi se delineando a partir da relação empírica com as jovens colaboradoras da pesquisa. Explicaremos melhor esta concepção ao longo do texto.

jovens colaboradoras da pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a “Condição Juvenil e os processos de individuação de jovens mulheres da roça no contexto do Ensino Superior público no estado da Bahia”. Ao realizarmos as entrevistas narrativas semiestruturadas², a jovem Dilma Rousseff³, uma das dezessete colaboradoras da pesquisa, colocou-nos o seguinte imperativo “*Pensa aí*” e deu-nos os elementos sobre os quais pensar: quais as possibilidades de uma jovem, negra, pobre, do interior dos interiores (roça) estudar? Quais as condições de acesso ao Ensino Superior? Que provações enfrentam para isso?

(Im)Possibilidades de acesso ao Ensino Superior

Nos últimos anos, o Brasil ampliou o acesso da população ao Ensino Superior. Houve crescimento no número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes (RISTOFF, 2014). Essa ampliação se deu por meio de três movimentos principais, conforme aponta Cruz (2016): a implantação do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e das Políticas de Cotas⁴. Porém, ainda que se tenha observado o crescimento da oferta, em 2015, a taxa de escolarização líquida da população de 18 a 24 anos continuava baixa (18,1%) e a taxa bruta em torno de 34,6%. Além disso, disparidades regionais, de localização campo/cidade, raça e gênero se mantiveram ao longo da década.

Ao recortarmos a análise para a região nordeste, por exemplo, é possível constar que, no ano de 2015, somente 14,1% (taxa líquida) dos jovens tinham acesso à Educação Superior. Apesar disso, no que se refere ao número de matrículas por região do país,

² Para este texto, utilizamos dados das entrevistas narrativas realizadas com dezessete jovens selecionadas a partir dos seguintes critérios: estarem matriculadas em curso de graduação presencial na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), instituição multicampi e a maior do norte-nordeste. Na referida universidade, realizamos a pesquisa nos campi das cidades de Salvador (Campus I) e Guanambi (Campus XII) – por serem os campi com maior número de matrículas de jovens que residem em espaços rurais; o pai e a mãe serem agricultores familiares; a jovem está matriculada do 3º ao 5º semestre, de modo que possa participar de todas as etapas da pesquisa; e aceitarem a participação.

³ No estudo, as jovens recebem nomes fictícios que homenageiam mulheres que se destacam na história do Brasil, seja no campo da política, da ciência, das lutas camponesas ou feministas.

⁴ Neste caso, referimos especialmente a duas políticas, a que prevê reservas de vagas com base em critérios raciais (Lei nº 12.711/ 2012) e também a que estabelece a reserva de pelo menos 50% das vagas das instituições federais de ensino superior para quem cursou integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

dados disponibilizados pelo Observatório do Plano Nacional de Educação (meta 12: educação superior) mostram que a região Nordeste foi a que mais apresentou crescimento, passando de 12,8% em 2005 para 28% em 2015 (BRASIL, 2015).

Quanto à localização, os dados evidenciam que no ano de 2015 somente 6,9% (taxa líquida) dos moradores das comunidades rurais, entre 18 e 24 anos, tinham acesso ao Ensino Superior. Ou seja, ser do “*do interior dos interiores*” (da roça) reduz as possibilidades de chegar a esse nível de ensino, já que, no contexto brasileiro, o processo de interiorização da educação superior é recente. Além disso, para se ter acesso à universidade, primeiro é preciso concluir a Educação Básica e esta também tem baixa cobertura na roça. Quando há escolas na roça, essas ofertam, no máximo, até o 9º ano do Ensino Fundamental. O mais comum é não ter escolas ou fechar as que existem⁵. A oferta do Ensino Médio praticamente inexistente nas próprias comunidades, já que 89,8% das escolas estão na zona urbana e apenas 10,2% na zona rural. As escolas urbanas concentram 95,6% das matrículas no Ensino Médio (BRASIL, 2016). Na área rural, pouco mais de um quinto dos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos estão frequentando o Ensino Médio e, no caso da região Nordeste, somente 11,6%. Praticamente todos os jovens da roça no Brasil precisam sair das suas comunidades para fazer o Ensino Médio, já que 92% deles utilizam o transporte escolar para ir à escola (BRASIL, 2006).

Com base nesses dados e em outros apontamentos de pesquisas que têm relação com a condição juvenil no campo, pensamos que são quase impossíveis as chances de “*uma negra, pobre, do interior dos interiores*” chegar ao Ensino superior. Todavia, apesar de improváveis, estudos já realizados (PORTES, 2001; RISTOFF, 2014, 2013), bem como o relato das dezessete jovens colaboradoras da nossa investigação demonstram rupturas no perfil dos estudantes de graduação. Neste sentido, Ristoff (2014, p. 726) ressalta:

Embora a expansão possa ser tida como comum às políticas para a educação superior das duas últimas décadas, fica evidente que enfáticas políticas mais recentes de inclusão dos grupos historicamente excluídos deste nível educacional começam a alterar significativamente o perfil do estudante de graduação. Observa-se na última década que um agressivo processo de democratização do campus brasileiro está em curso.

⁵ De acordo com dados do censo escolar, mais de 37 mil escolas no campo foram fechadas nos últimos 15 anos. Dentre as regiões mais afetadas, norte e nordeste lideram o ranking. Só em 2014 foram 872 escolas fechadas no estado da Bahia (BRASIL, 2014).

Assim, por esse processo de democratização (ampliação da oferta, políticas afirmativas, interiorização etc), que consideramos como suportes⁶ importantes para as condições de acesso, constatam-se nos diferentes cursos universitários uma diminuição do percentual de estudantes de cor branca e um pequeno aumento dos estudantes de cores preta e parda; houve uma diminuição em todos os cursos do percentual de estudantes oriundos de famílias de alta renda (mais de 10 salários mínimos); tem aumentado o acesso de estudantes provenientes da escola pública, principalmente, a partir da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012; além disso, “as políticas de inclusão dos últimos anos estão trazendo ao campus legiões de estudantes que representam a primeira geração da família a ter oportunidade de ser aluno de graduação” (RISTOFF, 2014, p. 741).

Esse perfil dos estudantes que começam a ocupar os cursos de graduação das universidades brasileiras aproxima-se do perfil das jovens mulheres da roça que participam da pesquisa que estamos desenvolvendo. Estas nos colocam o imperativo de pensar sobre elas.

“Do interior dos interiores”: as jovens da roça

Como já sinalizado, na pesquisa que temos desenvolvido as jovens são caracterizadas como “da roça”. Esta adjetivação tem se consolidado cada vez mais como categoria teórica no diálogo com as participantes da pesquisa sobre a “Condição Juvenil e os processos de individuação de jovens mulheres da roça no contexto do Ensino Superior público no estado da Bahia”. Como diz Rita Lobato Velho Lopes (20 anos, estudante de Enfermagem):

– O pessoal tem mania de falar que é da zona rural, mas o costume de todo mundo de falar é que é da roça. Você não vai chegar lá nesse espaço e dizer “Ah, eu sou da zona rural”, “Eu

⁶ O conceito de suporte é proposto por Martuccelli (2007) como um operador importante para a análise das formas de sustentação dos indivíduos no mundo social, é o que permite que os mesmos enfrentem os desafios estruturais que se apresentam a eles. Os indivíduos podem utilizar suportes materiais quanto simbólicos para vivenciarem suas experiências no mundo. No caso de jovens da roça, compreendemos que as políticas de expansão, interiorização e ações afirmativas funcionam como suportes institucionais importantes para que logrem o acesso ao Ensino Superior.

sou do campo”. Tem que ir de acordo o pessoal de lá também fala.

Concordamos com Rita, “*Tem que ir de acordo o pessoal de lá também fala*”. Assim deve ser a pesquisa, deve fazer uso das categorias com as quais os sujeitos se identificam. E, de acordo com as jovens, elas se identificam como da roça. Ser da roça traduz modos de vida muito peculiares, principalmente, em determinadas áreas do Nordeste brasileiro, caracterizadas pela agricultura familiar⁷. Conforme conceitua Santos (2003), a roça é um rural específico; um rural retalhado em pequenas ou mesmo minúsculas propriedades, destinadas à agricultura familiar.

Essa expressão, portanto, diferencia-se de outras categorias como rural, fazenda, sítio e campo, muito utilizadas em outras regiões do Brasil ou até mesmo no estado da Bahia, contexto onde realizamos o estudo, mas com outros significados.

A categoria *rural* refere-se, no Brasil, a um espaço não urbano. Seu sentido é tão abrangente que se torna abstrato para denominar modos de vida particulares nos rurais. Já *fazenda* é um termo utilizado para nomear grandes propriedades, geralmente, ligadas ao agronegócio cuja produção é usada para fins comerciais. A expressão *sítio*, apesar de denominar pequenas propriedades, refere-se a espaços reservados para o lazer onde as famílias costumam passar o final de semana, ou seja, não têm o mesmo significado que a roça na Bahia para as famílias de pequenos agricultores das quais fazem parte as dezessete jovens entrevistadas em nosso estudo. Neste caso, “*o costume de todo mundo de falar é que é da roça*”.

Ao mesmo tempo, as jovens participantes da pesquisa não se identificam como *do campo*, conceito com o qual os movimentos sociais trabalham para declararem sua vinculação a lutas políticas e identitárias. Segundo Maria Felipa (22 anos, estudante de Pedagogia), “– *Até porque, se chegar lá em casa e falar do campo, ‘Menina! Tu tá perdendo suas origens?’* [rindo]. *Então, é da roça mesmo*”.

⁷ Apesar de não haver um consenso para definir agricultura familiar, neste trabalho a compreendemos com base na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais) como aquela cujas práticas se desenvolvem no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006).

Assim, a origem das dezessete jovens com as quais dialogamos é a roça. Roça, portanto, é mais que uma palavra, relaciona-se aos modos de vida e vínculos estabelecidos com a terra pelas jovens e suas famílias. Em vista disso, ser uma jovem da roça é ser filha de pequenos proprietários de terra ou sem terra e pertencer a uma família cuja renda venha do trabalho na agricultura. São jovens da roça porque desde a infância suas vidas se misturam ao preparo da terra, ao plantio e à colheita, conforme ilustram as passagens da entrevista narrativa com Dandara (21 anos, estudante de Administração) e Maria Felipa (22 anos, estudante de Pedagogia), respectivamente:

– Desde pequena ajudava em casa, ia pra roça assim... idade de... desde pequena minha mãe conta que ela levava a gente pra roça, ia trabalhar. Pra isso, colocava a gente numa gamela, ficava lá debaixo das árvores porque era pequena... e com uns cinco anos, mais ou menos, eu já ajudava. A partir dos cinco eu já entendia, né? Meu pai plantava algodão, feijão, milho [...].

– Gente... não tinha uma idade certa assim pra você começar a trabalhar, mas desde cedo. O fato de nosso pai... a gente não poder ficar em casa sozinha, não tinha essa coisa de ter alguém pra olhar, pra pagar... então, a gente tinha que acompanhar nossos pais pra roça. E aí eu lembro que a gente ficava... [...] a gente ficava debaixo de um pé de árvore, o dia todo ali. A gente levava a marmita de comida e nossa mãe, pai, as meninas estavam trabalhando e a gente ficava ali debaixo do pé de árvore brincando. As outras famílias também iam pra esse mesmo local trabalhar, então já levava o filho e a gente ficava brincando.

Como se observa, as jovens da roça sobrevivem da agricultura familiar e, neste caso, é preciso que todos os membros da família trabalhem. Assim, mesmo muito pequenas, já acompanhavam os pais e mães, afinal, as famílias não têm o suporte de creches e nem de babás. O trabalho coletivo, a infância embaixo de árvores, as crianças menores na gamela e a comida na marmita constituem modos de vida da roça.

Desse trabalho na roça, a família tira uma parte para sua própria subsistência e a outra é vendida para a aquisição daquilo que não é produzido por ela. Dentre os investimentos feitos pela família, ressalta-se nas narrativas a compra do material escolar, a exemplo do que diz Elizabeth Teixeira (21 anos, estudante de Educação Física).

– [...] Desde pequenininha... meus dez anos, eu já saía pra pegar algodão com minha mãe, já saía pra pegar feijão... já pensando nos materiais de escola do final do ano, que era sempre de... de colheita no final do ano e aí, minha mãe plantava, a gente cuidava da roça da

minha mãe e aí, os dias que estavam vagos, que não estávamos cuidando da roça da minha mãe, a gente ia pegar algodão pros outros. [...] Já pensando na bolsa, no caderno do...do... do ano seguinte.

Esse investimento nos cadernos, na bolsa, na escola, juntamente com outros suportes que vão se constituindo na trajetória das jovens entrevistadas, ajudou para que as mesmas se tornassem jovens da roça na universidade. Como jovens da roça, para terem acesso ao Ensino Superior, passam por muitas provações⁸, diferente dos jovens da fazenda que, mesmo nascidos na zona rural, conforme Santos (2003, p. 154), não podem ser filhos da roça, pois não trabalham e não têm uma vivência concreta com a terra, o facão e a enxada. “Os filhos de fazendeiros são poucos e estes, geralmente, residem na cidade e estudam em escolas particulares. Para esses sujeitos, uma outra formação é pensada: quando crescem, ‘*vira dotô!*’”. As jovens da roça não. Para estudarem, precisam ir derrubando cercas.

Jovem da roça, mulher e negra, “*que decidiu estudar*”

No Brasil, o Estatuto da Juventude (Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013) compreende como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Todavia, para além do recorte etário⁹, compreendemos que não há uma juventude homogênea, mas sim juventudes (DAYRELL, 2007; CASTRO, 2005; ABRAMO, 2005). Ou seja, existem diversas formas de ser jovem, concretizadas nas condições sociais, culturais, de gênero e também das regiões, entre outras. Neste sentido, as jovens da roça não são as mesmas da cidade, mesmo que guardem com essas algumas similitudes (ABRAMOVAY, 2000).

As diferentes maneiras de ser jovem e como a sociedade constitui e significa esse momento do ciclo da vida caracterizam o que os autores denominam de condição juvenil. Dayrell (2007) afirma que a condição juvenil refere-se à maneira de ser, à

⁸ Referem-se a um conjunto de grandes desafios que os indivíduos precisam enfrentar para forjarem-se na vida social (MARTUCCELLI, 2006). Neste caso, as jovens da roça se encontram, por razões estruturais, obrigadas a enfrentar essas provações, já que contam com poucos suportes institucionais.

⁹ Apesar de não considerarmos suficiente na caracterização do ser jovem, reconhecemos a importância do recorte etário, pois é por meio dele que órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza levantamentos que possibilitam a proposição e efetivação de políticas públicas para juventude no Brasil.

situação de alguém perante a vida, perante a sociedade como também tem relação com as circunstâncias necessárias para que se verifique essa tal situação a partir dos diversos recortes referentes às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.

Assim sendo, é importante dizer que o lugar social dos jovens vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Nesta perspectiva, em contextos específicos como a roça, verificamos que a condição juvenil das mulheres é marcada pelo trabalho precoce na agricultura e em casa. Por estes aspectos, as jovens da roça não vivenciam a moratória social apontada por Margulis e Urresti (1996) que explica as condições de tempo e dinheiro da juventude das classes médias e da elite para experimentarem um período mais ou menos longo com relativa despreocupação e isenção de responsabilidades. Ao contrário, as jovens da roça, desde os quatro, sete, oito anos já “ajudam” os pais e mães. Seja nas tarefas de casa ou nas atividades na agricultura, as dezessete jovens entrevistadas relataram sua inserção no mundo do trabalho desde muito cedo. As falas de Maria Augusta Generoso Estrela (22 anos, estudante de Enfermagem) e Margarida Alves (21 anos, estudante de Administração) ilustram essa realidade.

– Com uns nove anos... Sete, nove anos... Sete não... Acho que com uns oito, nove anos eu já ajudava [...]. Lavar a louça, limpar a casa, ajudar a lavar roupa... Algumas tarefas assim, nunca fazia sozinha, mas sempre tava ajudando, assim.

– Nossa! Desde pequenininha. [...] Mãe falava “um dia você lava as panelas”... que as panelas de alumínio, que colocava no fogão à lenha... então mãe falava “um dia uma lava, no outro dia outra lava” [...]. Mas sempre ia para a roça também. Depois que começou crescer. Assim, eu não sei bem a idade, mas de 8, 9, 10 anos... pai um dia levava uma, aliás, de manhã... como eu estudava de manhã, [...] Quando era à tarde, era eu que ia para poder puxar o cavalo [...] olha, pai ia empurrando o arado para poder arar e a gente ia puxando o cavalo. Quando não estava fazendo isso, ele estava abrindo as covas e a gente jogando o milho para plantar. Ou então, na época da colheita, ele ia para poder colher e a gente ia junto para poder ajudar, né?

Essas falas das jovens evidenciam que o trabalho na roça começa desde cedo assim como os afazeres de casa que, em seus processos de socialização, vão se naturalizando como atividades de mulher, como ajuda. Neste sentido, observamos, como já apontam

outros estudos (FREITAS e LEÃO, 2011; DI SABBATO et al, 2009), que há uma diferenciação de gênero na distribuição e valorização do trabalho das jovens da roça. Como descrevem Freitas e Leão (2011, p. 154) “Para as jovens, o trabalho se dá no espaço da casa e na roça, sendo a atividade indicada como *função* da mulher e, na roça, como *ajuda*”.

Assim, por serem jovens e mulheres, as estudantes universitárias por nós entrevistadas enfrentam uma realidade na roça que ainda invisibiliza seu trabalho como produtivo. Como pertencem a famílias pobres, as atividades desenvolvidas por elas relacionam-se ao autoconsumo, não significam trabalho produtivo e rentável. Desta forma, reiteradas vezes as jovens que entrevistamos falam dos seus trabalhos como “ajuda”, como não obrigatório e, claro, como necessidade.

Ao mesmo tempo, observamos que se não experimentam uma moratória social como aquela conceituada por Margullis e Urresti (1996), as jovens da roça também já não vivenciam a mesma realidade de privações totais como as enfrentadas pelas gerações de mulheres das quais suas mães fazem parte. Se estas não tiveram muitas oportunidades, como o acesso à escola, suas filhas traçaram trajetórias longevas de escolarização.

Neste sentido, observamos que por razões que vão desde a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura, o processo sucessório das terras na agricultura familiar que tradicionalmente privilegia os herdeiros do sexo masculino e a ordem de nascimento (SPANVELLO, 2008; STROPASOLAS, 2006; DEERE e LEÓN, 2002); as políticas agrárias que destinam poucos investimentos à agricultura familiar e à juventude; as condições que vivenciam e do futuro que se apresenta às jovens da roça – filhas ou esposas – até as atuais políticas de acesso à educação, é que as jovens da roça compõem o grupo que mais migra em busca de escolarização e que manifesta um desejo maior de deixar as atividades agrícolas (ZAGO, 2016; SPANVELLO, 2008; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Para o projeto de escolarização, as jovens da roça por nós entrevistadas experimentam outras situações juvenis que se configuram como fatores importantes para seu acesso à educação superior.

Segundo as jovens, mesmo tendo trabalhado na roça e/ou em outras atividades, suas mães e pais proporcionaram a elas um maior alargamento do tempo dedicado aos estudos.

– [...] Eu lembro que a gente plantava... mas não era nada obrigado. Sempre incentivava a gente a ir para escola. O horário que a gente

tava na escola, tudo bem. Voltava pra casa, fazia as tarefas, deveres e depois, mais tarde, quando o sol estava frio, a gente ia pra roça [...]. (Ivete Alves do Sacramento, 29 anos, estudante de Ciências Sociais).

– [...] *Mainha falava “não vou te colocar para fazer nada porque tem prova, vai estudar então. Depois você vai fazer as coisas”. [...] É... porque, de uma certa forma, ela queria me dá o que ela não teve oportunidade, sabe?* (Celina Guimarães Viana, 21 anos, estudante do curso de Pedagogia).

– [...] *Só que ele sempre, apesar deles não terem estudo, mas eles sempre incentivava a gente a estudar. [...] Essas coisas assim, que eu ficava na roça que eu ajudava assim, era só mais nas férias. Quando tinha escola, não. Era só ficar dentro de casa e ficar estudando mesmo. [...] Meu pai, ele faz farinha [...] Só umas vezes assim que descascava a mandioca, mas...* (Maria da Penha, 22 anos, estudante de Ciências Contábeis).

– *Quando eu estudava o Ensino Fundamental, a gente estudava à tarde, então de manhã a gente ajudava ele na roça. E depois, quando a gente começou o Ensino Médio, aí a gente começou a estudar em Pindaí porque a gente tinha que ir pra cidade, então... Aí, [...] geralmente eu ia, mas era muito um tempo assim... curto.* (Dorothy Mae Stang, 25 anos, estudante de Pedagogia).

Os trechos das entrevistas apresentados mostram que os pais “*apesar deles não terem estudo, mas eles sempre incentivava a gente a estudar*”. Para isto, mesmo que necessitassem da “ajuda” das filhas, criaram as condições para elas estudarem “*não vou te colocar para fazer nada porque tem prova, vai estudar então*”. Assim sendo, “*O horário que a gente tava na escola, tudo bem*”, a prioridade era estudar e não trabalhar. O trabalho na roça, à medida que a escolarização avançava, restringia-se “[...] *era muito um tempo assim... curto*” ou a ajuda era “[...] *só mais nas férias. [...] Só umas vezes assim que descascava a mandioca*”.

Os pais e mães das jovens da roça querem proporcionar às filhas outras condições, conforme disse Celina “*É... porque, de uma certa forma, ela queria me dá o que ela não teve oportunidade, sabe?*”. Principalmente as mães, que também são mulheres, reforçam a crença das filhas na escolarização como um futuro promissor: “*É porque... Aquela questão, minha mãe sempre falou comigo ‘você tem que estudar pra ter um futuro melhor e tal’ [rindo] e aí a gente foca nisso*” (Dorothy).

Nesse investimento, pelas narrativas das jovens, é possível afirmar que à medida que avançam na escolarização mais se distanciam do trabalho e da vida na roça. Isso ocorre principalmente pelo fato das jovens serem obrigadas a sair da roça para estudar na cidade, já que em suas comunidades, no máximo, há a oferta do Ensino Fundamental e em nenhuma delas do Ensino

Médio. Elas se tornam migrantes por um turno ou precisam do suporte da casa de parentes ou amigos para continuarem os estudos na cidade. Assim, foram pouco a pouco reduzindo seu tempo e experiências na roça.

– *Antes eu... eu ajudava, mas assim... depois eu reduzir muito, depois do Ensino Médio que já cobrava mais. Aí, no último ano mesmo, [...], aí então eu ficava mais com a minha vó em Pilões, lá na vila e aí eu só tava indo mais pra casa fim de semana. Depois também daqui da faculdade, eu só vou em casa fim de semana também.* (Dandara, 21 anos, estudante de Administração).

– *[...] Porque assim, quem ia... Quem era da zona rural, quem ia estudar, o ônibus só ia no turno vespertino. Então, você não tinha escolha [...] Olha, no meu caso, eu fazia assim... Porque eu moro numa comunidade que o ônibus não passava. [...]. Então, o que eu fazia? Eu almoçava tipo umas dez horas da manhã, dez e meia, porque meu ônibus passava onze horas. Então, eu pegava esse ônibus, almoçava umas dez e meia. Nove e pouca eu já começava a tomar meu banho, a arrumar minhas coisas. Aí onze horas eu pegava o ônibus que vinha com os alunos. Esse ônibus rodava, [...] eu acompanhava o percurso dele deixar todos os alunos e voltar o mesmo percurso pegando os alunos pra trazer pra Caetité. [...] Já na volta, eu ficava em Aroeiras [...] Chegava em casa umas seis e meia, sete da noite. Em torno disso. [...] Nos primeiros dias eu chegava muito cansada [...] Tudo ficou diferente.* (Rita Lobato Velho Lopes, 20 anos, estudante de Enfermagem).

Tanto Dandara quanto Rita relatam as provações as quais enfrentam as jovens do campo que decidem continuar a escolarização. Para quem mora na roça e é pobre “*Então, você não tinha escolha*”. A saída é sair do campo para estudar na cidade. Para isto, utiliza-se o transporte escolar ou se faz uso da casa de parentes e amigos na cidade, como foi o caso de algumas estudantes, a exemplo de Maria Augusta Generoso Estrela (22 anos, estudante de Enfermagem) que, por morar a mais de 50 quilômetros da sede do município, teve de buscar ajuda de amigos da família.

– *[...] na época que eu terminei, ainda não tinha o Ensino Médio. Eu fiz o Ensino Médio na cidade. Passei a morar na cidade pra fazer o Ensino Médio. [...] Ficava na casa de um amigo do meu pai, na época. [...] Aí fiquei durante esses três anos na casa do amigo do meu pai. [...] É, durante a semana toda. Às vezes, até mais. Nem sempre assim nos fins de semana eu ia pra casa. [...] Eu tinha quinze anos. Foi um pouco difícil porque tava longe da família, eu tinha que me virar sozinha. Então, ficava um pouco difícil, mas aos trancos e barrancos, a gente foi e deu tudo certo.*

Esses recortes das entrevistas realizadas com as jovens da roça evidenciam que a “aos trancos e barrancos, a gente foi e deu tudo certo”. Entre “trancos e barrancos”, a estrada constitui uma provação na vida dessas jovens, uma vez que desde cedo foram obrigadas a enfrentá-la para estudar, não tinha outra opção. Sem a opção do transporte, é preciso morar na cidade e ficar ainda mais distante do convívio familiar e da vida na roça. Se quem migra para a cidade por um turno vai se afastando da agricultura aos poucos, dado o cansaço da viagem e os tempos gastos no deslocamento, quem precisa morar na cidade se afasta ainda mais. Nessa relação com a escola e a vida na cidade, reforçada pelo encorajamento material, mas principalmente simbólico dos pais e mães¹⁰, as jovens da roça não só concluem o Ensino Médio como também passam a ouvir professores e colegas falarem sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sobre o vestibular, enfim, sobre a universidade.

– Assim, foi começando a divulgação na escola no final do Ensino Médio, começou aquela história de fazer vestibular e tal. Aí foi amadurecendo a ideia, o desejo. [...] Era um professor de História, professor Borges. Ele incentivava muito a gente a fazer. [...] Ele falava mais do Enem. Aí depois ele começou a falar também do vestibular. (Maria Quitéria de Jesus, 24 anos, estudante de Fonoaudiologia).

– E aí, tinha um professor [...] aí eu falei com ele “eu quero fazer uma faculdade na minha vida! Não sei como é que eu faço?”. Aí veio aquela preocupação a gente não tinha condições, não via a universidade como possível. E aí chegou um professor [...] e aí ele dava aquele incentivo[...] “tenta o vestibular que você vai conseguir”. E aí eu não sabia... o que era a universidade? Como o vestibular da universidade funcionava? Era pago? Não era? O que a gente fazia? Aí tudo ele explicava passo a passo pra gente na sala de aula “a universidade funciona dessa forma, dessa forma...”. [...] Aí eu falei “Caramba! Tá aí! Eu vou prestar o vestibular”. (Maria Felipa, 22 anos, estudante de Pedagogia).

– Aí o professor de informática falou bem assim comigo “eu vou inscrever você no vestibular da UNEB. Pode ser? Você aceita?”. Eu falei “aceito”. [...] Aí ele foi e fez a minha inscrição e ele até perguntou “você quer optar pela cota?”. Aí eu falei “quero”, aí colocou. (Maria Bonita, 28 anos, estudante de Educação Física).

¹⁰ Spavanevello (2008) assim como Zago (2016) mostram que na agricultura familiar o investimento na educação das filhas é feito como um patrimônio que se dá mais pelo encorajamento simbólico que material.

Os professores figuram não só como incentivadores, mas também como suportes na orientação das estudantes. Na maioria dos casos, são eles que explicam como entrar na universidade pública e apresentam a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) para as jovens da roça. Conforme análise das entrevistas, a Uneb se apresenta como uma possibilidade por três razões principais: 1) por ser pública; 2) por ser multicampi e inserir-se em 24 cidades do estado da Bahia, portanto, atender ao princípio da interiorização do Ensino Superior e 3) ser uma das primeiras universidades no Brasil a instituir a política de ações afirmativas por meio das cotas¹¹.

– A gente não tinha assim muito condições de pagar. Então, era mais por isso. Por ser pública, essas coisas. (Ivete Alves do Sacramento, 29 anos, estudante de Ciências Sociais).

– Aí eu pensei em tudo... porque assim, se eu fosse fazer Química, eu teria que morar lá, não teria como eu vim e voltar. Meu pai não teria nem dinheiro pra isso e seria muito cansativo. [...] E aí agora eu teria que pensar assim “Em Guanambi, eu posso ir e voltar[...]”. (Rita Lobato Velho Lopes, 20 anos, estudante de Enfermagem).

– Todos os anos eu passei em outras universidades, mas assim, algumas eram distantes, a questão financeira não dava certo e aí foi quando... [...] Aí, por acaso eu tava pesquisando, acabei encontrando Guanambi, que era uma cidade mais próxima e tal. E aí meu pai falou não, que eu colocasse, que talvez eu passaria, se eu passasse que era tipo mais fácil pelo fato da proximidade e ser uma cidade do interior, porque às vezes na capital os gastos são bem... Às vezes não, os gastos na capital são bem maiores do que aqui, no caso. (Maria Augusta Generoso Estrela, 22 anos, estudante de Enfermagem).

Para as jovens da roça, o ensino superior se torna possível quando este é gratuito “*Então, era mais por isso. Por ser pública, essas coisas*” e pelas condições de acesso ao campus da universidade “*se eu passasse que era tipo mais fácil pelo fato da proximidade e ser uma cidade do interior*”. Muitas jovens entrevistadas foram aprovadas nos processos seletivos de outras universidades antes de entrarem na Uneb, como é o caso de Maria Augusta que passou nos processos seletivos do curso de Matemática na Universidade Estadual da Bahia (UESB em Vitória da Conquista); em Ciências Biológicas na Universidade Federal da Bahia (UFBA, em Salvador) em Enfermagem Obstetrícia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, em Macaé) e em Engenharia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro). Todavia, como ela disse “[...] *algumas eram distantes, a questão financeira não dava*

¹¹ A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) aprovou desde julho de 2002 a resolução 196 que estabelece a quota mínima de 40% (quarenta por cento) das vagas para a população afrodescendente oriunda de escolas públicas.

certo”. Assim, a Uneb, nas experiências dessas jovens, enquadra-se na lógica estratégica (DUBET, 1994). Esta lógica estratégica, segundo o autor, implica uma racionalidade instrumental “*Aí eu pensei em tudo...*”, um utilitarismo da própria ação que visa conceder os meios para as finalidades pretendidas nas oportunidades abertas pela situação. Ou seja, as jovens da roça avaliaram que o acesso à educação superior poderia ser possível desde que a universidade fosse pública e próxima as suas localidades de moradia. Assim, mesmo que oito das dezessete jovens tenham tido aprovação em outras universidades, a Uneb sobressai como a instituição possível para estudar, como a oportunidade aberta pela situação.

Além da gratuidade e da proximidade, observamos que o acesso a essa universidade também se concretizou porque das dezessete jovens da roça pesquisadas, doze são negras e onze delas fizeram uso da política de cotas adotada pela Uneb, o que evidencia que essa política afirmativa de acesso tem ampliado as possibilidades para as jovens da roça que são negras.

Do pensado, algumas conclusões

A partir do imperativo de pensar sobre o perfil e as condições de acesso ao Ensino Superior das jovens da roça, concluímos que ser jovem, mulher, negra e da roça constitui provação constante para quem decidiu estudar.

Para ter acesso ao Ensino Superior, é preciso antes ter acesso à Educação Básica (esta ainda tem baixa cobertura nas áreas rurais brasileiras). Ao mesmo tempo, decidir e ser encoraja a estudar exige migrar ou enfrentar a estrada para ir ao encontro da escola na cidade, o que implica certa moratória para se dedicar aos estudos e uma liberação parcial dos trabalhos na agricultura. O que é uma provação, ao mesmo tempo também se apresenta como a abertura de possibilidades, com amplitudes que se estendem do acesso à educação superior a rupturas com as condições de gênero na roça.

Referências

ABRAMO, H. W. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo In: ABRAMO, H. W. (Org). **Retratos da Juventude Brasileira: Análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e desenvolvimento territorial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A3. 15 abr. 2000.

BRASIL. **Observatório do PNE: Meta 12: ensino superior**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior/indicadores#porcentagem-de-matriculas-na-educacao-superior-em-relacao-a-populacao-de-18-a-24-anos>. Acesso em 5 de março de 2017.

BRASIL. **Censo escolar 2016: Notas estatísticas**. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf. Acesso em 5 de março de 2017.

BRASIL/MEC/INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2014**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 8 de março de 2017.

BRASIL. **Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Diário Oficial da União, dia 30 de agosto de 2012.

BRASIL. **Resolução/FNDE/CD/nº 003, de 28 de março de 2007**. Diário Oficial da União, dia 4 de abril de 2007.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Diário Oficial da União, dia 25 de julho de 2006.

CAMARRANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M (Orgs). **Retrato da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e sociedade – trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

CRUZ, N. C. **“Esse ambiente não é para todo mundo”**: as condições de inserção e de permanência de egressos/as da EJA no ensino superior público. Tese de doutorado em

educação “Conhecimento e inclusão social”. Faculdade de Educação/UFMG. Belo Horizonte, 2016.

DAYREL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DI SABBATO, A. et al. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

DUBET, F. **Sociologia da experiência**. Trad. de Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FREITAS, C. B.; LEÃO, G. M. P. Ser jovem no campo: dilemas e perspectivas da condição juvenil camponesa. In: SILVA, I. de O. e LEÃO, G. M. P. (Orgs.). **Educação e seus atores: experiências, sentidos e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

MARGULIS, M. e URRESTI, M.. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Org.). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARTUCCELLI, D. **Gramáticas del individuo**. 1ª – Buenos Aires: Losada, 2007.

_____. **Forgé par lé preuve**. Paris: Armand Colin, 2006.

PORTES, É. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre na UFMG: um estudo a partir de cinco casos**. 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

_____. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**. n. 4, jul./dez. 2013.

SANTOS, F. J. de S. Por uma escola *da roça*. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 19, p. 147-158, jan./jun., 2003.

SPANVELLO, R. M. **A situação das filhas na transmissão do patrimônio na agricultura familiar**. Anais do Seminário Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. ST 3 - As múltiplas faces da mulher rural no Brasil. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

UNEB/CONSU. **Resolução n.º 196/2002**. Publicada no Diário Oficial do estado da Bahia em 13 agosto de 2003, p. 11.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Juventudes do campo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**. v. 21 n. 64, p.61-78, jan.-mar. 2016.